



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 21/2020

CARTA-CONTRATO N. 21/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0002091-06.2020.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2020

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A LOCALIZA RENT A CAR S/A, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DE DEMANDA ADVINDA DO PLEITO ELEITORAL DE 2020.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.670.085/0001-55, com sede na Avenida Bernardo Vasconcelos, n. 377, Bairro: Cachoeirinha, CEP: 31.150-900, Município: Belo Horizonte, Estado: Minas Gerais, Telefone(s): (31) 3247-9733/3247-9407, E-mail(s): licitacoes@localiza.com; juscilene.antunes@localiza.com, neste ato representada pelo senhor **MARCELO ARARIPE DANTAS**, brasileiro, administrador, Cédula de Identidade RG nº 858.110.253/SSP-BA e CPF sob nº 008.863.065-07.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 1350/2020 - PRES/DG/GABDG, de 02/09/2020.

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 1580/2020 - PRES/DG/GABDG, de 30/09/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Esta Carta-Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de 21 (vinte e um) veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas, no período de 07/10/2020 a 04/12/2020, totalizando 59 (cinquenta e nove) dias, com vistas ao atendimento das demandas advindas da Coordenação de Segurança das Eleições, dos Cartórios Eleitorais ou dos agentes de segurança pública, no Pleito Municipal de 2020, para execução em diligências e uso nos Municípios que abrangem a área de jurisdição e fiscalização administrativa das unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia, conforme abaixo discriminados:

QUADRO 1			
FÓRUM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	VEÍCULOS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fórum Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondon, 784, Bairro Tamandaré. CEP - 76.850-000	01
Fórum Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral	Espigão do Oeste	Av. Sete de Setembro, 3071, Bairro Centro. CEP - 76.974-000	01
Fórum Eleitoral da 10ª e 27ª Zonas Eleitorais	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 – Setor 02. CEP - 76.889-000.	01
Fórum Eleitoral da 3ª e 30ª Zonas Eleitorais	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro. CEP - 76.900-237	01
Fórum Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, 495, Bairro Jardim América. CEP - 76.980-000.	01
Fórum Eleitoral da 5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159, Bairro Centro. CEP - 76.937-000	01
Fórum Eleitoral da 8ª Zona Eleitoral	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 4056, Bairro Centro. CEP - 76.993	01
Fórum Eleitoral da 9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av Castelo Branco, 970 – Bairro dos Pioneiros. CEP - 76.970-000	01
Fórum Eleitoral da 11ª e 31ª Zonas Eleitorais	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro. CEP - 76.963-804	01
Fórum Eleitoral da 13ª e 28ª Zonas Eleitorais	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83, Bairro da União. CEP - 76.920-000	01
Fórum Eleitoral da 15ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557, Bairro Centro. CEP - 76.940-000	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fórum Eleitoral da 16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. das Nações, 1847, Bairro Centro. CEP - 76.997-000	01
Fórum Eleitoral da 17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 . CEP - 76.954-000 –	01
Fórum Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral	Alvorada Do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro. CEP - 76.930-000	01
Fórum Eleitoral da 19ª Zona Eleitoral	Santa Luzia Do oeste	Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro. CEP 76.950-000	01
Fórum Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral	Machadinho Do Oeste	Av Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro. CEP - 76.868-000–	01
Fórum Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral	Buritis	Av. Porto Velho, 1454, Setor 02. CEP - 76.880- 000	01
Fórum Eleitora da 35ª Zona Eleitoral	São Miguel do Guaporé	Rua Cacoal, 965 – Bairro Cristo Rei. CEP - 76.932-000 –	01
Coordenação de Segurança das Eleições e 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais	Porto Velho	Sede do TRE-RO: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859.	03
TOTAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES			21

Subcláusula Primeira - A partir da assinatura desta carta-contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as regras estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência e em seus anexos, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação, inclusive a inserida no Capítulo 8, item 8.1.5, do Termo de Referência respectivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos.

DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Os veículos devem ter as especificações mínimas abaixo:

Subcláusula Primeira – Configuração mínima do veículo: potência mínima de 1.000 cilindradas, direção hidráulica, ano de fabricação 2018 ou posterior, com ar-condicionado integrado, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo condutor), bicomcombustível, equipado com aparelho de som, película de maior proteção permitida por lei, cinto de segurança de três pontos para os passageiros laterais e abdominal para o passageiro central no banco traseiro e todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) e em perfeitas condições de uso, conservação e de segurança.

Subcláusula Segunda – O período de locação dos veículos será de 07/10/2020 a 04/12/2020, totalizando 59 (cinquenta e nove) dias.

Subcláusula Terceira – Os veículos deverão ser entregues e recolhidos nos endereços indicados no Quadro 1 constante na Primeira Cláusula desta carta-contrato.

Subcláusula Quarta - Os veículos locados terão **quilometragem livre** durante todo o período de locação.

Subcláusula Quinta – Os veículos deverão ser entregues devidamente segurados, cujas coberturas deverão abranger os seguintes valores mínimos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Veículo – furto, roubo, acidentes, incêndio, etc. Valor integral do veículo;
- b) Responsabilidade Civil – Danos Materiais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- c) Responsabilidade Civil – Danos Pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- d) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) - Morte: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa: e
- e) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) – Invalidez Permanente: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto desta contratação, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, do tipo menor preço, na forma de execução indireta.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Esta Carta-Contrato terá vigência a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 15/12/2020.

Subcláusula única – O prazo de execução dos serviços será do dia 07/10/2020 (quarta-feira) até 04/12/2020 (sexta-feira).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 116.357,64** (cento e dezesseis mil trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme Proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos com a entrega e recolhimento dos veículos, seguro, manutenções e equipamentos obrigatórios dos veículos, tributos incidentes, impostos, licenciamento, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor desta Carta-Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a requisitar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira - Na ocorrência de eventuais sinistros (acidentes, incêndios, roubos, furtos e etc.), que necessitem do acionamento do seguro do automóvel, o CONTRATANTE será responsável pelo pagamento da respectiva franquia, desde que o fato gerador tenha ocorrido dentro do período de vigência do contrato de locação.

Subcláusula Quarta – O valor do eventual pagamento da franquia mencionada na subcláusula anterior não foi objeto de licitação e proposta, e somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo necessidade de empenho prévio.

Subcláusula Quinta - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO nº 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA nº 33.90.33-03, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral, Nota de Empenho nº 2020NE000716, de 01/10/2020, consoante detalhado a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleitos 2020
AGREGADOR	Despesas discricionárias
DESPESA AGREGADA	Locação de veículos
PLANO INTERNO	FUN LOCVEI1

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento desta contratação observará o que segue:

Subcláusula Primeira – Os pagamentos relativos a cada período de 30 (trinta) dias após a entrega dos 21 (vinte e um) veículos automotores nos endereços dos Fóruns Eleitorais da Justiça Eleitoral em Rondônia descritos na Cláusula Primeira deste Contrato serão efetuados por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela Seção de Transportes - SET do TRE-RO, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

Subcláusula Segunda - O CONTRATANTE efetuará o último pagamento após o recolhimento dos veículos pela CONTRATADA, nas mesmas condições descritas na subcláusula anterior.

Subcláusula Terceira – No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

Subcláusula Quinta - Havendo erro nos documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Sexta – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades.

Subcláusula Sétima - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

Subcláusula Oitava - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(\text{TX})}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima Primeira - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Para assegurar a plena execução desta carta-contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 5.817,88** (cinco mil oitocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.

Subcláusula Quarta - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades à contratada.

Subcláusula Sexta– A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Subcláusula Sétima – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

Subcláusula Oitava – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – No TRE-RO, a Gestão e a Fiscalização da presente contratação serão exercidas pelos titulares das unidades abaixo:

I – A gestão da presente contratação será exercida pelo titular da Coordenadora da Segurança das Eleições – COSE ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008; e

II – A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços serão realizados, nos Cartórios Eleitorais localizados no interior do Estado, pelos Chefes de Cartórios das Zonas Eleitorais, responsáveis pela administração dos Fóruns Eleitorais, e, nesta Capital, pelo titular da Seção de Transportes deste TRE-RO e, na eventual ausência dos titulares mencionados, essas funções serão exercidas pelos seus respectivos substitutos, aos quais competem, com observância do disposto no art. 67, e §§, da Lei nº 8.666/93, cabendo-lhes, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

Subcláusula Primeira – A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

III - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;

IV - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

VI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

VII - Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos; e

VIII - Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento;

II - Apresentar os veículos nos endereços dos Fóruns Eleitorais discriminados na Cláusula Primeira deste instrumento até o dia 07 de outubro de 2020 com os tanques abastecidos em sua capacidade máxima, limpos e em perfeitas condições de uso e funcionamento para cumprimento integral deste contrato;

III - Apresentar, quando da entrega dos veículos, cópias do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos, cópias das apólices do seguro referidas na Cláusula Segunda, Subcláusula Quinta, deste instrumento de e cópias dos seguros DPVAT.

IV - Recolher os veículos nos endereços dos Fóruns Eleitorais discriminados na Cláusula Primeira deste instrumento após o dia 04 de dezembro de 2020 (sexta-feira);

V - Substituir, em caso de falhas mecânicas, acidentes e pane, os veículos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE, devendo o veículo ser entregue no município onde o veículo estava disponibilizado;

VI - Atender o CONTRATANTE através do telefone n. **0800 979 2020** ou e-mail: assistenciaclientes@localiza.com, disponível 24 horas, para contato em caso de pane ou necessidade urgente;

VII - Responsabilizar-se por todos os custos de manutenção dos veículos e reparos necessários, inclusive troca de óleo lubrificante do motor;

VIII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

IX - Manter-se, durante a execução do presente contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS e o FGTS;

X - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

XI - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

XII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

XIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

XIV - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal; e

XV - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas neste contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Subcláusula Primeira – Nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à contratada de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega dos veículos automotores, até o limite máximo de 3 (três) dias, sendo considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite de 3 (três) dias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Fazenda Tributária Federal, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

I - Primeiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

II - Segundo atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto desta Carta-Contrato, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, assim como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Sexta - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Sétima - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o CONTRATANTE, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/08, disponível no site deste Tribunal.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial desta Carta-Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

Subcláusula Décima Segunda - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima Terceira - As multas previstas, não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.

Subcláusula Décima Quarta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima Quinta - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Sétima - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Oitava - De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Nona- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Vigésima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Vigésima Primeira- Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

Subcláusula Vigésima Segunda - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima Terceira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I- Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados no incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas no Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto nas Leis ns. 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais ns. 10.024/2019, 9.507/2018 e 3555/2000, na Resolução TSE n. 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, de forma subsidiária, as Leis ns. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo

Porto Velho/RO, 05 de outubro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela CONTRATANTE	MARCELO ARARIPE DANTAS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva	Aldací Souza Mota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

CPF: 326.504.772-53

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/10/2020, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ARARIPE DANTAS, Usuário Externo**, em 05/10/2020, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/10/2020, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 05/10/2020, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0599353** e o código CRC **62B47679**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0599353v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 05/10/2020 09:59:28.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2020 - PRES/DG/COSE

1 – DA INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e no inciso II do art. 8º do Decreto 10.024/19, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente termo de referência objetivando a contratação de serviço de locação de veículos automotores, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

2 – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de **serviço de locação de 21 (vinte e um) veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas**, durante o período de 25 de setembro a 04 de dezembro, totalizando 71 (setenta e um) dias, com vistas ao atendimento das demandas advindas da Coordenação de Segurança das Eleições, dos cartórios eleitorais ou dos agentes de segurança pública, no Pleito Municipal de 2020, para execução em diligências e uso nos municípios que abrangem a área de jurisdição e fiscalização administrativa das unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia, conforme abaixo discriminado:

QUADRO 1			
FÓRUM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	VEÍCULOS
Fórum Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. XV de Novembro, 1437, bairro Tamandaré. CEP - 76.850-000	01
Fórum Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral	Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro. CEP - 76.974-000	01
Fórum Eleitoral da 10ª e 27ª Zonas Eleitorais	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 – Setor 02. CEP	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		- 76.889-000.	
Fórum Eleitoral da 3ª e 30ª Zonas Eleitorais	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro. CEP - 76.900-237	01
Fórum Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, 495, Bairro Jardim América. CEP - 76.980-000.	01
Fórum Eleitoral da 5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159, Bairro Centro. CEP - 76.937-000	01
Fórum Eleitoral da 8ª Zona Eleitoral	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 4056, Bairro Centro. CEP - 76.993	01
Fórum Eleitoral da 9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av Castelo Branco, 970 – Bairro dos Pioneiros. CEP - 76.970-000	01
Fórum Eleitoral da 11ª e 31ª Zonas Eleitorais	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro. CEP - 76.963-804	01
Fórum Eleitoral da 13ª e 28ª Zonas Eleitorais	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83, Bairro da União. CEP - 76.920-000	01
Fórum Eleitoral da 14ª Zona Eleitoral	Presidente Médici	Av. Macapá c/ Independência, Setor 03, Quadra 27, Lote 02. CEP - 76.916-000	01
Fórum Eleitoral da 16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. das Nações, 1847, Bairro Centro. CEP - 76.997-000	01
Fórum Eleitoral da 17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 . CEP - 76.954-000 –	01
Fórum Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral	Alvorada Do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro. CEP - 76.930-000	01
Fórum Eleitoral da 19ª Zona Eleitoral	Santa Luzia	Rua D. Pedro I, 2315,	01

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Do oeste	Bairro Centro.	
Fórum Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral	Machadinho Do Oeste	Av Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro. CEP - 76.868-000–	01
Fórum Eleitoral da 33ª Zona Eleitoral	Nova Brasilândia	Av. 13 de Maio, s/nº, Setor 03, Quadra 36, Lotes 135 e 150. CEP - 76.958-000	01
Fórum Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral	Buritis	Rua Barretos, 1690. CEP - 76.880-000 –	01
Fórum Eleitora da 35ª Zona Eleitoral	São Miguel do Guaporé	Rua Cacoal, 965 – Bairro Cristo Rei. CEP - 76.932-000 –	01
Coordenação de Segurança das Eleições e 2ª, 6ª, 20ª e 21ª Zonas Eleitorais	Porto Velho	Sede do TRE-RO: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859.	02
TOTAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES			21

Integra também o objeto os serviços de entrega e o recolhimento, ao final das locações, dos veículos nas respectivas localidades listadas neste TR, cujos preços deverão ser considerados no valor total da proposta e demonstrados na composição unitária de custos com o preenchimento do quadro que integra o ANEXO I.

A proponente deverá observar e cumprir todas as regras definidas neste TR, das quais se destacam, entre outras, as disposições sobre forma de pagamento pelos serviços prestados, seguros, franquias e manutenções dos veículos locados.

Em resumo, segue quadro esquemático contendo as especificações e quantidades do objeto:

QUADRO 2

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lote	Item	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quantidade
Único	1	Serviços de locação de veículos conforme Epecificações técnicas mínimas descritas no item 2.1	Diárias	1.491 (21 veículos x 71 dias)
	2	serviços de entrega e o recolhimento dos veículos nos locais indicados no Quadro 1	Taxas de serviço	142 (71 entregas de veículo e 71 recolhimentos)

2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS: Os veículos a serem disponibilizados deverão ser de pequeno porte; potência mínima de 1.000 cilindradas, direção hidráulica, ano de fabricação 2018 ou posterior, com ar-condicionado integrado; 04 (quatro) portas; capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo condutor); bicomustível; equipado com aparelho de som; película de maior proteção permitida por lei; cinto de segurança de três pontos para os passageiros laterais e abdominal para o passageiro central no banco traseiro e todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos por lei (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) e em excelente estado de conservação.

2.2 PERÍODO DE LOCAÇÃO: 25 de setembro a 04 de dezembro de 2020, totalizando 71 (setenta e um) dias.

2.3 DISPONIBILIZAÇÃO E RECOLHIMENTO: Os veículos deverão ser entregues e recolhidos nos endereços referidos no quadro constante do Item 2 acima.

2.4 DA QUILOMETRAGEM:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.1 Cada um dos veículos locados terá **quilometragem livre** durante todo o período de locação.

2.5 DO SEGURO

2.5.1. O art. 28 da Lei nº 9.503/97 dispõe que o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

2.5.2. Os veículos deverão estar segurados, cujas coberturas deverão ter os seguintes valores mínimos:

a) Veículo – furto, roubo, acidentes, incêndio, etc. Valor integral do veículo;

b) Responsabilidade Civil – Danos Materiais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

c) Responsabilidade Civil – Danos Pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

d) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) - Morte: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa: e

e) Acidente Pessoal de Passageiros (APP) – Invalidez Permanente: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

2.6 DO PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO

2.6.1. Na ocorrência de eventuais sinistros (acidentes, incêndios, roubos, furtos e etc.) que necessitem do acionamento do seguro do automóvel, este Tribunal ficará responsável pelo pagamento da respectiva franquia, desde que o fato gerador tenha ocorrido dentro do período de vigência do contrato de locação.

2.6.2. Desta forma, a Administração deve providenciar a devida reserva orçamentária para cobrir custos de cobertura da referida franquia na eventual ocorrência de sinistro.

2.6.3. Para efeitos de estimativa, esta Unidade achou prudente delimitar o percentual de 26 % dos veículos locados para a reserva orçamentária destinada ao pagamento de franquia, o que equivale a seis unidades de veículos locados. Assim, como o valor para o pagamento de franquia não deve ser superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por sinistro, fica consignado o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

suprimento da eventual despesa, com possibilidade de reforço da reserva orçamentária e/ou de empenho em caso de necessidade.

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE:

Rondônia possui área semelhante à de São Paulo (237.576 km² x 248.209 km², respectivamente). Entretanto, possui apenas 52 (cinquenta e dois) municípios enquanto São Paulo possui 645.

A consequência disso é que os Fóruns Eleitorais do interior têm jurisdição sobre enormes áreas territoriais. Tal fato demanda preparação e realização de operações para atendimento dos eleitores fora do município sede, o que pode significar deslocamentos por via terrestre que podem variar de 60 (sessenta) a 240 (duzentos e quarenta) quilômetros, em trajetos de ida e volta. Ressaltando-se que na grande maioria das vezes, esses percursos não contam com serviço de transporte, vez que menos dez por cento dos municípios do interior dispõe de sistema de transporte coletivo (ônibus) regular.

Em período eleitoral, também se faz necessária a vistoria dos locais de votação, convocação de colaboradores e outras atividades inerentes ao processo eleitoral com a realização de deslocamentos. Atividades que demandam a utilização de veículo dentro e fora do perímetro urbano.

Na seara do poder de polícia eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 41, §2º c/c Código Eleitoral, art. 249), da fiscalização e das diligências de verificação de procedência das informações de possíveis ilícitos eleitorais, que são executados pela Justiça Eleitoral em Rondônia, também se faz necessária a utilização de veículos pelos servidores, os requisitados, os convocados e os agentes que atuam na segurança das eleições.

Importante ressaltar que essa demanda de utilização de outros veículos, além da frota do Tribunal, aumenta sobremaneira no período eleitoral, onde a Justiça Eleitoral amplia de forma hercúlea toda sua logística operacional, para cumprir seu dever constitucional de garantir o equilíbrio na disputa eleitoral, o exercício pacífico e livre do voto e realizar regularmente a organização geral do pleito.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Outro fato que merece destaque é situação geoeconômica do estado. Com economia de base agrícola, a maioria dos municípios do interior é formada por um núcleo urbano pequeno cercado de imensa zona rural. O IBGE estima que 32% da população do estado reside na zona rural, enquanto a taxa brasileira é de 16%. Vários locais de votação são localizados na zona rural, em locais de entroncamentos de estradas vicinais (linhas) de grande tráfego da população rural, distantes, portanto, da sede do Fórum Eleitoral.

3.2 DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS DEMANDADOS:

3.2.1. Será destinado a cada Fórum Eleitoral 01 (um) veículo, com exceção do Fórum Eleitoral da capital, que contará com 02 (dois) veículos, devido a sua maior área de cobertura, população e histórico de demandas, perfazendo um total de 21 (vinte e um veículos).

3.2.2. Caso haja necessidade de disponibilização de mais veículos ao longo do contrato, poderá haver acréscimo do objeto por meio de aditivo contratual até o limite legal.

3.3 DA DEFINIÇÃO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

Sempre que se faz necessário realizar alguma diligência ou operação em outro município fora da sede do cartório ou na zona rural da própria sede, o cartório fica à mercê da boa vontade de outros órgãos públicos, normalmente, do Poder Executivo Federal (INCRA, IBAMA, INSS, FNS, CEPLAC etc.), Governo do Estado de Rondônia ou da Prefeitura dos Municípios, que muitas vezes são desfavoráveis à disponibilização de seus veículos à Justiça Eleitoral.

Diante da dificuldade de execução dos serviços eleitorais necessários descritos, resumidamente, no item 3.1 deste Termo de Referência, não é raro os casos que os Juízes Eleitorais requisitam veículos de outros órgãos, fora do período permitido pela legislação eleitoral, sendo esta a única alternativa para cumprir com o mister eleitoral, em prejuízo inevitável, às atividades do Órgão que sofreu a requisição.

A fim de dar conta das necessidades dos cartórios eleitorais da capital e do interior e evitar esses transtornos decorrentes da requisição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de veículos de outros órgãos públicos é que se propõe a presente locação de veículos.

3.4 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal, este instrumento leva em consideração as necessidades reais e imediatas das Eleições de 2020, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

Do Planejamento: Este Termo de Referência foi elaborado, a fim de que a Administração conheça as necessidades, identifique adequadamente o objeto a ser contratado e efetue a adequada reserva orçamentária.

Da Objetividade: A contratação visa dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de meios de transporte adequados à realização dos serviços propostos, prezando sempre, em primeiro lugar, pela segurança, celeridade, conforto e integridade física de seus servidores, convocados, colaboradores e agentes de segurança em serviço pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades; e

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. Atividades.

4 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

4.1. De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

4.2. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

4.3. Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

4.4. De acordo com o art. 6º da IN MPOG nº 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

4.5. Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, exigir-se-á da futura contratada, como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

5 – DO PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

Considerando a cotação de preços realizada entre as principais empresas do ramo de locação de veículos, estima-se o valor do objeto do presente TR com base nos preços médios apresentados, totalizando **R\$ 119.618,26 (cento e dezenove mil seiscientos e dezoito reais e vinte e seis centavos)**, conforme quadros demonstrativos abaixo:

QUADRO 3			
PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO			
Empresa	Valor Diárias	Taxas de serviço (entrega e recolhimento)	Valor Total
LOCALIZA HERTZ (evento 0572310)	R\$ 78.895,20	R\$ 7.150,00	R\$ 86.045,20
ROVEMA (evento 0572311)	R\$ 119.280,00	R\$ 17.078,90	R\$ 136.358,89
MOVIDA	R\$ 124.336,21	x	x

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento 0572314)			
PREÇO MÉDIO	R\$ 107.503,81	R\$ 12.114,45	R\$ 119.618,26

QUADRO 4							
PREÇO ESTIMADO DOS SERVIÇOS							
Item	Descrição do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Empresa	Valor Unitário	Total do Serviço	Preço Médio
1	Serviços de locação de veículos conforme especificações técnicas mínimas descritas no item 2.1	Diárias	1.491 (21 veículos x 71 dias)	Localiza	R\$ 55,56	R\$ 78.895,20	R\$ 107.503,81
				Rovema	R\$ 80,00	R\$ 119.280,00	
				Movida	R\$ 60,52	R\$ 124.336,21	
2	serviços de entrega e o recolhimento dos veículos nos locais indicados no Quadro 1	Taxas de serviço	142 (71 entregas de veículo e 71 recolhimentos)	Localiza	R\$ 340,48 (média)	R\$ 7.150,00	R\$ 12.114,45
				Rovema	R\$ 406,64 (média)	R\$ 17.078,90	
				Movida	x		

Conforme evento [0572314](#), a empresa MOVIDA não encaminhou o detalhamento das taxas de serviços de entrega e o recolhimento dos veículos. Dessa forma, a média dos preços praticados no mercado para estes serviços só considerou as empresas LOCALIZA HERTZ e ROVEMA.

6. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratação dos serviços objeto deste instrumento está prevista no planejamento orçamentário das eleições deste órgão para o exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleitos 2020
AGREGADOR	Despesas discricionárias
DESPESA AGREGADA	Locação de veículos
PLANO INTERNO	FUN LOCVEI1
VALOR ESTIMADO	R\$ 119.618,26

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços.

Dessa forma, com fundamento no art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item único para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotado modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) entre os lances, na forma do parágrafo único, do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

7.2 DA JUNÇÃO DOS SERVIÇOS EM UM ÚNICO ITEM/LOTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.1 No presente caso, apesar de o objeto ser dividido em dois itens, não é tecnicamente viável a contratação deles em itens separados. Isto porque a entrega de um item depende necessariamente do outro. Não há como exigir que uma empresa entregue os veículos para uma outra empresa entrega-los, sem que haja um vínculo entre elas

7.2.2 Além disso, o agrupamento em lote único aumentará a eficiência administrativa do órgão contratante, pois reduzirá o número de contratados e, conseqüentemente, racionaliza e reduz o custo administrativo para o gerenciamento dos contratos.

7.2.3 Observa-se também que o agrupamento dos itens não prejudicará a ampla concorrência do certame, uma vez que os licitantes terão, NECESSARIAMENTE, que incluir todos os custos para prestação dos serviços fracionados cotados em suas propostas individuais.

7.2.4 Todos esses fatores reunidos justificam o agrupamento de acordo com a Súmula 247 do TCU.

7.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME

7.3.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.438/2015.

7.3.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

7.4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.4.1. Os preços propostos devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como: custos e despesas diretas e indiretas com as entregas e recolhimento dos veículos, seguros, manutenções e equipamentos obrigatórios dos veículos, tributos, impostos, licenciamentos, taxas, despesas indiretas, lucros, encargos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.4.2. Para a formulação da proposta, as empresas licitantes deverão elaborar a seguinte composição de preços (quadro completo no ANEXO I):

COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS					
MUNICÍPIO	SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	QTD	PREÇO DOS SERVIÇOS	PREÇO TOTAL DO ITEM
Guajará-Mirim	Valor da Locação por dia (diárias)		71		
	Valor da taxa de entrega do veículo		1		
	Valor da taxa de recolhimento do veículo		1		
...					
PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS					

7.4.3. Sagar-se-á vencedora do item do Certame a empresa que ofertar o menor valor global para a contratação dos serviços.

7.4.4. O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro máximo de preço aceito na proposta de cada licitante, inclusive no que concerne ao preço médio total dos custos que compõem o valor global da proposta (diárias e custos de entrega/recolhimento), conforme QUADRO 4 (item 5). Desta forma, não poderão ser consideradas as propostas que apresentarem preços superiores aos estimados pela Administração, devendo a proposta, nesse caso, ser recusada pelo operador do certame licitatório.

7.5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.5.1 Da habilitação jurídica e fiscal:

De acordo com as regras do edital.

7.5.2 Da qualificação técnica:

7.5.2.1. Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional dos licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com aqueles para os quais a licitante está ofertando proposta.

7.5.2.2. Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverá identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverá identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

7.5.2.3. A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

7.6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Deverá ser exigido dos licitantes:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica;

Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o pregoeiro exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

b) Declaração de que apresentará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato conforme especificado neste termo de referência.

8 - DO CONTRATO

8.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

8.1.1. Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

8.1.2. No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

8.1.3. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

8.1.4. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

8.1.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.6. A contratada deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da contratada, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da contratada.

8.1.7. O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

8.1.8. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.1.9. À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

8.2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES:

8.2.1. Período de execução: 25/09/2020 (sexta-feira) até o dia 04/12/2020 (sexta-feira) (71 dias).

8.2.2. Prazo de vigência: A partir da data de assinatura do Contrato até o dia 15/12/2020.

8.2.3. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

8.2.3.1. Os valores serão irrealizáveis.

8.2.3.2. Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

8.2.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.4.1. Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

III - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;

IV - Pagar pelos serviços executados, obedecidas as seguintes regras:

a) Os pagamentos relativos a cada período de 30 (trinta) dias após a entrega dos 21 (vinte e um) veículos automotores nas sedes unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia descritas no item 2 (objeto) serão efetuados por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela Seção de Transportes - SET deste Tribunal, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) O último pagamento será realizado após o recolhimento dos veículos pela contratada, nas mesmas condições descritas na alínea anterior.

c) Para fazer jus ao pagamento, a futura contratada deverá estar em situação de plena regularidade junto à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

d) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

VI - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

VII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento;

II - Apresentar os veículos nos endereços dos Fóruns Eleitorais discriminados no item 2 (objeto) deste Termo de Referência até o dia 25 de setembro de 2020 com os tanques abastecidos em sua capacidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máxima, limpos e em perfeitas condições de uso e funcionamento para cumprimento integral do contrato;

III - Apresentar, quando da entrega dos veículos, cópias do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos, cópias das apólices do seguro referidas no **subitem 2.5 do item 2** (objeto) deste Termo de e cópias dos seguros DPVAT.

IV - Recolher os veículos nos endereços dos fóruns eleitorais discriminados no item 2 (objeto) deste termo após o dia 04 de dezembro de 2020 (sexta-feira);

V - Substituir, em caso de falhas mecânicas, acidentes e panes, os veículos que apresentarem problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE, devendo o veículo ser entregue no município onde o veículo estava disponibilizado;

VI - Atender o CONTRATANTE através do telefone n. ____ ou e-mail: ____, disponível 24 horas, para contato em caso de pane ou necessidade urgente.

VII - Responsabilizar-se por todos os custos de manutenção dos veículos e reparos necessários, inclusive troca de óleo lubrificante do motor;

VIII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente CONTRATO, sem prévia anuência do CONTRATANTE;

IX - Manter-se, durante a execução do presente CONTRATO, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS e o FGTS;

X - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

XI - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução da CONTRATO;

XIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93; e

XIV - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

8.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.5.1. A empresa que vier **a ser contratada não poderá subcontratar**, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

8.6. DA GARANTIA CONTRATUAL:

8.6.1. A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão nº 2467/2017 – TCU – Plenário).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

8.6.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

9. DAS PENALIDADES

9.1. Nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à contratada de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega dos veículos automotores, até o limite máximo de três dias, sendo considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite de três dias.

9.2. Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Fazenda Tributária Federal, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

I. Primeiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

II. Segundo atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Terceiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV. Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.4. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, assim como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

9.5. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.6. A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

9.7. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

9.8. As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

9.9. O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A gestão da execução da presente locação será realizada pela Coordenadora da Segurança das Eleições – COSE ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

10.2 A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

10.3 A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços serão realizados pelos chefes de cartório ou substitutos das zonas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

eleitorais responsáveis pela administração dos fóruns eleitorais descritos no item 2 (objeto) deste Termo de Referência, e, nesta capital, pelo titular da Seção de Transportes deste Tribunal e/ou de seu substituto automático, com observância do disposto no art. 67, e §§, da Lei nº 8.666/93, cabendo-lhes, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 03/09/2020, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0581023** e o código CRC **1DA86355**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0581023v5

Criado por 026098941465, versão 5 por 026098941465 em 03/09/2020 15:21:12.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 179 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).

02. A unidade demandante da contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar nº 1 ([0560282](#)), com os elementos iniciais integrantes do futuro termo de referência para a pretensa contratação, e o Termo de Referência - TR nº 1/2020 – PRES/DG/COSE ([0564398](#)), os quais, mediante Remessa nº 6/2020 – PRES/DG/COSE ([0565341](#)), foram encaminhados à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC para providências necessárias para efetuar a pretendida contratação, e à Seção de Transporte – SET para ciência e indicação e fiscalização da contratação.

03. Após solicitação de Diligência da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Termo de Referência ([0566203](#)), juntou-se TR nº 3/2020 – PRES/DG/COSE ([0571460](#)), contendo os contornos gerais do serviço pretendido, **estimada em R\$ 115.580,10** (cento e quinze mil quinhentos e oitenta reais e dez centavos), com as justificativas levadas a termo pela COSE:

(...)

A consequência disso é que os Fóruns Eleitorais do interior têm jurisdição sobre enormes áreas territoriais. Tal fato demanda preparação e realização de operações para atendimento dos eleitores fora do município sede, o que pode significar deslocamentos por via terrestre que podem variar de 60 (sessenta) a 240 (duzentos e quarenta) quilômetros, em trajetos de ida e volta. Ressaltando-se que na grande maioria das vezes, esses percursos não contam com serviço de transporte, vez que menos dez por cento dos municípios do interior dispõe de sistema de transporte coletivo (ônibus) regular.

Em período eleitoral, também se faz necessária a vistoria dos locais de votação, convocação de colaboradores e outras atividades inerentes ao processo eleitoral com a realização de deslocamentos. Atividades que demandam a utilização de veículo dentro e fora do perímetro urbano.

Na seara do poder de polícia eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 41, §2º c/c Código Eleitoral, art. 249), da fiscalização e das diligências de verificação de procedência das informações de possíveis ilícitos eleitorais, que são executados pela Justiça Eleitoral em Rondônia, também se faz necessária a utilização de veículos pelos servidores, os requisitados, os convocados e os agentes que atuam na segurança das eleições.

(...)

Outro fato que merece destaque é situação geoeconômica do estado. Com economia de base agrícola, a maioria dos municípios do interior é formada por um núcleo urbano pequeno cercado de imensa zona rural. O IBGE estima que 32% da população do estado reside na zona rural, enquanto a taxa brasileira é de 16%. Vários locais de votação são localizados na zona rural, em locais de entroncamentos de estradas vicinais (linhas) de grande tráfego da população rural, distantes, portanto, da sede do Fórum Eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Em seguida, a COMAP, mediante sua coordenadora, considerou estar regular o instrumento acima citado, nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelos incisos II do artigo 3º da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º, incisos IV e XI do Decreto Federal nº 10.024/2019, conforme Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 105/2020 ([0576060](#)).

05. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária e informou a existência do pré-empenho nº 2020PE000268 no valor de 115.580,10, e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0576843](#).

06. Por fim, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a minuta do instrumento contratual ([0578789](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JÚRIDICA

07. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra insita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

08. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

09. Por sua vez, o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02 dispõe:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

10. No caso em tela, a contratação pretendida está definida de forma objetiva por meio das especificações constantes no item 2 – DO OBJETO, no TR ([0571460](#)), indicando com clareza o padrão de qualidade exigido pela Administração para a prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documento e pequenas cargas, em decorrência das demandas do período eleitoral. Nessa linha, evidencia-se a configuração do serviço em exame como comum.

11. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns no mercado**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (**art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19**).

12. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de “**menor preço**” oferecido para **item do certame**, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 7.4** do TR.

13. Ademais, não merece reparo o **agrupamento dos itens similares dos serviços em lote único**. Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, v.g., nos **Acórdão nº 5.260/2011 - 1ª Câmara** e **861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Sobre o valor estimado obtido por meio da pesquisa juntada aos autos (0572310, 0572311 e 0572314), é necessário fazer alguns apontamentos. A Corte de Contas Nacional orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de **diversas fontes** propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (negritou-se)

15. Como visto a unidade demandante lastreou sua pesquisa com preços obtidos junto a empresas que operam suas atividades de locação de automóvel no estado de Rondônia.

16. Entende-se que este meio (pesquisa no mercado local) se mostra o mais adequado para a situação, pois o mercado de transporte rodoviário deve levar em consideração as particularidades das rodovias e estradas vicinais. Assim, o valor estimado apresentado no TR aproxima-se de maneira mais precisa a realidade do objeto da contratação.

17. Ainda, subentende-se que, em virtude da peculiaridade do objeto, não se efetuou pesquisa de preços praticados em outros órgãos e entidades da Administração Pública. Isso porque o valor depende da demanda de cada contratante, modificando a depender de múltiplas variáveis como quantidade de rotas, período de locação, entre outros e que o objeto ora demandado é muito personalizado e, por isso, não cotejável com a necessidade de outras entidades públicas.

18. Releva-se destacar que o **regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte** ao futuro certame não pode ser adotado no certame, porquanto seu valor total estimado extrapola o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a LC 123/06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

19. Por todo o exposto, considerando a elaboração do **Termo de Referência nº 03/2020** pela COSE ([0571460](#)), nos moldes dos artigos 8º e 10º da IN nº 04/08, o instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

20. Nesse compasso, diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa ([0576843](#)), opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida, por meio da modalidade **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço por lote único**, com fundamento na **Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para lote único é superior ao limite balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

21. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

22. Com relação a minuta da carta-contrato a ser celebrado ([0578789](#)), percebe-se que o referido documento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93 e da legislação específica, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. **Assim**, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os seus termos da minuta do instrumento contratual juntado ([0578789](#)).

23. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 01/09/2020, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 01/09/2020, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0579360** e o código CRC **A71746EA**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0579360v9

Criado por 014827562356, versão 9 por 004891562321 em 01/09/2020 16:18:06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas.

DESPACHO Nº 1350 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0560282](#)).

Com base nas cotações de preços realizadas ([0572310](#), [0572311](#) e [0572314](#)), a unidade demandante, após diversas tratativas entre os setores deste Tribunal e ajustes efetuados, juntou o Termo de Referência nº 3/2020 - COSE ([0571460](#)) contendo detalhada especificação e quantidade do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, do certame licitatório (critérios de aceitação do objeto), do contrato (obrigações das partes, pagamento), das sanções administrativas, e da gestão e fiscalização do contrato. A aquisição foi estimada em **R\$ 115.580,10 (cento e quinze mil, quinhentos e oitenta reais e dez centavos)**, conforme item 5 do TR.

Após detida análise, a COMAP concluiu que o Termo de Referência n. 3/2020, complementado por seus Anexos e pelas pesquisas de preços juntadas ao processo, bem como o Estudo Técnico Preliminar, encontra-se em consonância às normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e art. 3º, incisos IV e XI do Decreto Federal n. 10.024/2019 ([0576060](#)).

A SPOF procedeu à programação orçamentária para o atendimento da despesa no valor total estimado ([0576843](#)).

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0578789](#)) com base nas informações do TR.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG, por meio do Parecer Jurídico nº 179/2020 ([0579360](#)), opinou pela autorização da contratação pretendida por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote único, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista o valor estimado encontra-se acima dos limites delineados pelo art. 6º do Decreto 8.538/2015; e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Além disso, aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

De igual modo, a SAOFC manifestou-se, em síntese, pela:

- a) aprovação do termo de referência;
- b) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço” por lote único;
- c) inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's;
- d)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do artigo 15 do Decreto nº 10.024/2019; e) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do TR; e f) Pela publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), fulcro art. 20 do Decreto nº 10.024/2019 ([0580065](#)).

É o breve relatório.

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e que, e por se tratar de serviço definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado no procedimento deste Tribunal através da Portaria Nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

Salienta-se que o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte **é inaplicável ao futuro certame, tendo em vista o valor total estimado** excede o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** fixados no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06.

Nos termos dispostos no item 7.2 do TR referente a junção dos serviços em um único lote, não há óbice a tal procedimento uma vez que se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, *vg*, nos Acórdãos n. 5.260/2011 - 1ª Câmara e n. 861/2013 – Plenário, os quais, sem afastar a aplicação da Súmula 247 do TCU, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si, como bem apontado no item 13 do Parecer Jurídico nº 179/2020.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação pleiteada, ante o aumento das demandas em período eleitoral, dentre as quais algumas atividades que demandam a utilização de veículo dentro e fora do perímetro urbano, como para preparação e realização de operações para atendimento dos eleitores fora do município sede, vistoria dos locais de votação, convocação de colaboradores e outras atividades inerentes ao processo eleitoral com a realização de deslocamentos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto à sustentabilidade, o TR prevê a exigência de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal nas eleições 2020, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretora-geral:

1 - Aprova o ETP nº 1/2020 - COSE ([0560282](#)) e o Termo de Referência nº 3/2020 - COSE ([0571460](#)), complementado por seus Anexos, porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - Autoriza a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço por lote, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

3 – Declara inaplicável o regime de exclusividade às ME/EPP's, porquanto seu valor estimado excede o limite de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) com fulcro no [art. 6º do Decreto n. 8.538/2015](#), o qual regulamentou a [LC n. 123/06](#);

4 – Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#); e

5 – Determina a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do Termo de Referência em questão.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 02/09/2020, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0580132** e o código CRC **CC70EB60**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002091-06.2020.6.22.8000

0580132v7

Criado por 026098941465, versão 7 por 004577222313 em 02/09/2020 15:35:53.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas.

DESPACHO Nº 1381 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo aberto pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).

Após os devidos trâmites, esta diretora-geral aprovou o Termo de Referência nº 3/2020 - COSE ([0571460](#)) e autorizou a deflagração da licitação para a contratação do objeto, nos moldes do Despacho nº 1350/2020 ([0580132](#)).

No entanto, na fase de elaboração da minuta de Edital, a SLC identificou a ausência dos parâmetros que serviriam de fundamento para compor os valores estimados, os quais, por sua vez, serviriam de critério para o julgamento das propostas, razão pela qual solicitou à COSE o detalhamento necessário ([0580854](#)).

Para saneamento das incorreções apontadas pela SLC, a COSE apresentou o novo Termo de Referência nº 4/2020 ([0581023](#)), com alterações do item 5 (valor estimado da contratação e quadros 3 e 4) e do item 7.4.4 em relação ao TR anterior ([0581125](#)).

Considerando a alteração do valor estimado da contratação, a COFC/SPOF apresentou nova programação orçamentária para cobertura da despesa ([0581635](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SAOFC se manifestou pela aprovação do TR e pela dispensa de nova análise do TR pela COMAP e pela AJDG, por se tratar de alterações que não modificaram substancialmente o documento anterior ([0581844](#)).

Compulsando os autos, verifica-se que as alterações realizadas são devidas, porquanto não se encontravam no TR os valores estimados unitários das diárias e dos custos de entrega e recolhimento, apesar de constar previsão de que os referidos valores serviriam como parâmetro máximo de aceitação das propostas. Considerando que não houve alteração do objeto e que há previsão orçamentária para cobertura da despesa, dispensa-se nova análise pela COMAP e pela Assessoria Jurídica.

Assim, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, **esta diretora-geral aprova o Termo de Referência nº 4/2020 - COSE ([0581023](#))**, porquanto possui os elementos essenciais definidos no art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019, e ratifica os demais termos do Despacho nº 1350/2020 ([0580132](#)).

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 08/09/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0582255** e o código CRC **BF0A8B99**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0582255v4

Criado por 026098941465, versão 4 por 004577222313 em 08/09/2020 10:18:09.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: : Minuta de Edital de Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2020. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 185 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria mediante o Parecer Jurídico nº 179/2020 – PRES/DG/AJDG ([0579360](#)), oportunidade na qual opinou pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19**, observando a **inaplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's, em razão do valor total estimado para a contratação.

03. Sobrevindo a manifestação da Secretária da SAOFC (Manifestação nº 351/2020-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0580065](#)), a contratação foi autorizada pela Diretora-geral do órgão no Despacho nº 1350/2020-PRES/GABDG ([0580132](#)), a qual aprovou o Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 1/2020 – COSE ([0560282](#)) e Termo de Referência nº 3/2020 - COSE ([0571460](#)) e determinou a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

04. Na Informação nº 11/2020 – PRES/DG/COSE ([0581125](#)), a unidade demandante comunicou a juntada de novo TR ([0581023](#)), em virtude de alterações relacionadas ao preço do objeto, suscitada pela Seção de Licitações e Compras – SLC por meio da Solicitação 104 ([0580854](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Em seguida, tendo em vista alteração do valor do total previsto para objeto da contratação, juntou-se nova programação orçamentária ([0581635](#)) no valor de RE \$ 119.618,26, e a Diretora-geral acolheu o TR citado, e encaminhou os autos para continuidade do procedimento, conforme Despacho nº 1381/2020-PRES/DG/SAOFC/GASAOFC ([0582255](#)).

06. Prosseguindo o feito, a Seção de Licitações e Compras – SLC, que já havia juntado a cópia da Portaria nº 173/2020, que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano ([0580848](#)), elaborou a minuta do instrumento convocatório ([0583173](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram enviados a AJDG para análise da minuta de edital ([0583176](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Verifica-se que a minuta do edital em análise ([0583173](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

10. Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com entrega e recolhimento na capital e interior do Estado de Rondônia, as propostas e os lances serão ofertados **POR LOTE ÚNICO**, considerando o **VALOR GLOBAL**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico, consoante subtópicos 5.2.1 e 7.1.1.

11. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subtópicos 9.1, 9.2 e 9.5) bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.6, letra “d” (contração de menores de 18 anos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

12. Digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes, a fim de comprovar sua qualificação técnica, de Atestado de Capacidade Técnica, como se verifica no subtópicos 9.3.

13. Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

14. Além disso, constatou-se que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados não fossem divulgados, recomendação contida no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO (subtópicos 15.10 da minuta do edital).

15. Verificou-se a existência de erro material no texto *sub examine* que deverá ser corrigido, antes de sua publicação. O subtópico 4.3, letra “a” deve ser excluído, haja vista que os itens do objeto em questão compõem um lote único e, também, o futuro certame será de ampla concorrência.

16. Por fim, sugere à SLC revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

III – CONCLUSÃO

17. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos (**0583173**), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo, devendo o tópico 15 deste parecer ser atendido antes da sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 09/09/2020, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/09/2020, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0583821** e o código CRC **8B619331**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0583821v4

Criado por 014827562356, versão 4 por 004891562321 em 09/09/2020 12:26:24.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES - COSE

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 33/2020 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2020.

PARECER JURÍDICO Nº 200 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, no qual considera a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta de Edital de Pregão Eletrônico e da minuta de carta-contrato (Anexo IV) ([0583173](#)), os quais lograram aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 185/2020 – PRES/DG/AJDG ([0583821](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2020 ([0507423](#)) em 11/09/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação juntos aos autos pelo evento nº [0586893](#).

04. Foram apresentados 5 (cinco) pedidos de esclarecimentos que não alteraram as cláusulas do Edital ([0586895](#), [0588191](#), [0589892](#), [0589893](#) e [0590604](#)) e um pedido de impugnação ([0587085](#)). Todavia, os esclarecimentos de 1 a 4 foram respondidos pela unidade demandante e acolhidos integralmente pelo pregoeiro, todos os esclarecimentos não chegaram a alterar as cláusulas do Edital, assim foi mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. O Esclarecimento 5 foi considerado intempestivo pelo pregoeiro ([0592388](#)). Houve uma impugnação ao edital da empresa ROVEMA solicitando alteração nas especificações técnicas do objeto, mas sem apresentar a devida justificativa. Com isso a unidade demandante se manifestou pelo indeferimento e o pregoeiro na mesma linha entendeu pela improcedência da impugnação ([0592389](#)).

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas - comprasnet ([0593139](#));

b) Proposta ajustada da empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, CNPJ nº 16.670.085/0001-55 ([0593141](#)) e,

c) Documentos de habilitação da empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, CNPJ nº 16.670.085/0001-55 ([0593146](#), [0593150](#), [0593153](#) e [0593156](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0593228](#)), Resultado por Fornecedor ([0593226](#)), Termo de Adjudicação ([0593230](#)), e publicação do resultado da Licitação no Diário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0594195](#)).

07. Por fim, em seu Relatório 56 ([0593158](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0594195](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020.

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Nas publicações dos avisos ([0586893](#)), constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital: Houve 5 (cinco) pedidos de esclarecimentos que não alteraram as cláusulas do instrumento convocatório supracitado, como também um pedido de impugnação ao edital considerado improcedente.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0593139](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 30/2020 ([0593228](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro (0593158), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: O pregoeiro habilitou a licitante LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ 16.670.085/0001-55 (([0593146](#), [0593150](#), [0593153](#) e [0593156](#)).

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.**

12. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0593228](#)).

13. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0593230](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/09/2020, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0597184** e o código CRC **88334962**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0597184v11

Criado por 004891562321, versão 11 por 004891562321 em 30/09/2020 11:03:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002091-06.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2020. Homologação do Pregão Eletrônico n. 33/2020.

DESPACHO Nº 1580 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, com o objetivo de eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores com vistas ao atendimento de demandas advindas do Pleito Municipal de 2020, conforme Termo de Abertura ([0560277](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico n. 33/2020 ([0507423](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0593228](#)); o Resultado por Fornecedor ([0593226](#)); Relatório nº 56/2020 ([0593158](#)); Termo de Adjudicação ([0593230](#)) e publicação do resultado da Licitação no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0594195](#)).

Foram apresentados 5 (cinco) pedidos de esclarecimentos que não alteraram as cláusulas do Edital ([0586895](#), [0588191](#), [0589892](#), [0589893](#) e [0590604](#)) e uma impugnação ao Edital ([0587085](#)). Todavia, os esclarecimentos de 1 a 4 foram respondidos pela unidade demandante e acolhidos integralmente pelo pregoeiro. O Esclarecimento 5 foi considerado intempestivo pelo pregoeiro ([0592388](#)). A licitante ROVEMA solicitou alteração nas especificações técnicas do objeto, mas sem apresentar a devida justificativa. Com isso a unidade demandante se manifestou pelo indeferimento e o pregoeiro na mesma linha entendeu pela improcedência da impugnação ([0592389](#)).

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ 16.670.085/0001-55. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Valor total do certame R\$ 116.357,64 (cento e dezesseis mil trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 200/2020 ([0597184](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0593230](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0593228](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 33/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0593230](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/09/2020, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0597288** e o código CRC **7FBD4861**.

0002091-06.2020.6.22.8000

0597288v9

Criado por 010141172305, versão 9 por 004577222313 em 30/09/2020 12:27:08.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 01Out20 NUMERO: 2020NE000716
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ENDERECO : BERNARDO DE VASCONCELOS 377 CACHOEIRINHA
MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 31150-000
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
EMPENHO PARA CONTRAÇÃO DE PJ ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, CONFORME TR 4 (0581023), PJ 200 (0597184), DESPACHOS 1580 (0597288) E 1655 (0597527) E TH (0597363), SEI: 0002091-06.2020.6.22.8000

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339033 000000 FUN LOCVEII
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00020910620206228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 116.357,64
CENTO E DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SESSENTA E QUATRO*
CENTAVOS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e
CPF A3, ou=JEMBRANCOS, ou=Autenticado
pelo Certificador Digital,
ou=FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253
Data: 2020.10.01 19:25:19 -04'00'

FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: o=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e
CPF A3, ou=JEMBRANCOS, ou=Autenticado
pelo Certificador Digital,
ou=FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253
Data: 2020.10.01 19:25:19 -04'00'



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSÃO : 01out20 NÚMERO: 2020NE000716 PROCESSO: 00020910620206228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339033 SUBITEM: 03 -LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITÁRIO:	116.357,64
			VALOR DO SEQ. :	116.357,64

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 21 (VINTE E UM) VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DOCUMENTOS E PEQUENAS CARGAS, DURANTE O PERÍODO DE 25 DE SETEMBRO A 04 DE DEZEMBRO, TOTALIZANDO 71 (SETENTA E UM) DIAS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADVINDAS DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES, DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS OU DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NO PLEITO MUNICIPAL DE 2020, PARA EXECUÇÃO EM DILIGÊNCIAS E USO NOS MUNICÍPIOS QUE ABRANGEM A ÁREA DE JURISDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA.

T O T A L : 116.357,64

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO em 01/10/2020 às 14:24:45
Data e hora de emissão: 01/10/2020 às 14:24:45
Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO LOPES em 01/10/2020 às 14:24:45
Data e hora de emissão: 01/10/2020 às 14:24:45



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 192, terça-feira, 6 de outubro de 2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020 - UASG 70006

Nº Processo: 0016366-02.2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação do serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), na modalidade local (VCI) e de longa distância nacional (VCI e VCI3), e do serviço móvel à internet, por meio do fornecimento de chips (SIM CARD), destinados aos Cartórios Eleitorais do Estado do Piauí e Secretarias da Sede do TRE-PI. Total de Itens Licitados: 13. Edital: 06/10/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Praça Des. Edgar Nogueira, S/n - Centro Cívico, Cabral - Teresina/PI ou <https://www.gov.br/compras/edital/70006-5-00064-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 06/10/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/10/2020 às 08h30 no site www.gov.br/compras.

EDILSON FRANCISCO RODRIGUES
Pregoeiro

(SIASGnet - 02/10/2020) 70006-00001-2019NE000038

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2020 - UASG 70006

Nº Processo: 0016737-32.2020. Objeto: Aquisição de um grupo moto gerador com potência emergencial (stand-by) mínima de 300KVA e um quadro de transparência automático com a devida instalação. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/10/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Praça Des. Edgar Nogueira, S/n - Centro Cívico, Cabral - Teresina/PI ou <https://www.gov.br/compras/edital/70006-5-00065-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 06/10/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/10/2020 às 08h30 no site www.gov.br/compras.

EDILSON FRANCISCO RODRIGUES
Pregoeiro

(SIASGnet - 05/10/2020) 70006-00001-2019NE000038

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 55/2020 - TRE/RN; 2) Contratada: FORTEL FORTALEZA TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 06.809.941/0001-57); 3) Objeto: prestação de serviços de acordo com as condições e especificações descritas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 67/2020-TRE/RN; 4) Amparo: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 7174/2020 e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993 e o Decreto nº 9.507/2018; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 6127/2020 - TRE/RN; 6) Vigência: 30 (trinta) meses, a contar da data da assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Elemento de Despesa 339040.13; 8) Valor: R\$ 73.999,80; 9) Data de Assinatura: 01/10/2020; 10) Signatários: pelo Contratante, Yvette Bezerra Guerreiro Maia, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela Contratada, Ana Stella de Oliveira Costa, representante legal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2020 - UASG 70021

Nº Processo: 0006064-93.2020.6. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de notebooks. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/10/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Padre Cacique, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou <https://www.gov.br/compras/edital/70021-5-00044-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 06/10/2020 às 12h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/10/2020 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor - Geral

(SIASGnet - 02/10/2020) 70021-00001-2020NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO Nº 2019.0.000022957-1. OBJETO: Termo de Cooperação Técnica nº 23/2020, para promoção de ações de eficiência energética, referente à Chamada Pública de Projetos nº 002/2019 da Light. PARTES: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ, e Light Serviços de Eletricidade S.A.. VIGÊNCIA: 18 meses, a contar de 19/9/2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 21/2020, assinada 05/10/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 33/2020. Contratada: LOCALIZA RENT A CAR S.A, CNPJ 16.670.085/0001-55. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de 21 veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas, no período de 07/10/2020 a 04/12/2020, com vistas ao atendimento das demandas advindas da Coordenação de Segurança das Eleições, dos Cartórios Eleitorais ou dos agentes de segurança pública, no Pleito Municipal de 2020. Fundamento: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019. Vigência: A contar da assinatura até o dia 15/12/2020. Valor: R\$ 116.357,64. Nota de Empenho 2020NE000716, de 01/10/2020. Homologação: DESPACHO 1580/2020 - GABDG, de 30/09/2020. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, MARCELO ARARIBE DANTAS. Processo SEI 0002091-06.2020.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020 - UASG 70028

Nº Processo: 0001989-54.2020. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais/bens de consumo de informática, conforme as especificações e condições definidas nos Termos de Referência. (Anexo I do Edital). Total de Itens Licitados: 18. Edital: 06/10/2020 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 15h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou <https://www.gov.br/compras/edital/70028-5-00042-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 06/10/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/10/2020 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JANDERSON DE MEDEIROS TEIXEIRA
Assessor Jurídico

(SIASGnet - 05/10/2020) 70028-00001-2020NE000033

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 - UASG 70028

Nº Processo: 0001305-32.2020. Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças e insumos, para os condicionadores de ar instalados nas dependências das edificações sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e seus Cartórios Eleitorais, conforme condições estabelecidas no termo de referência (Anexo I do Edital). Total de Itens Licitados: 10. Edital: 06/10/2020 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 15h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou <https://www.gov.br/compras/edital/70028-5-00043-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 06/10/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/10/2020 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JANDERSON DE MEDEIROS TEIXEIRA
Assessor de Licitações

(SIASGnet - 05/10/2020) 70028-00001-2020NE000033

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PAE n. 38.884/2020. Objeto: Assinatura anual da ferramenta e facilidades do "Banco de Preços", www.bancodeprecos.com.br, com 3 usuários de acesso. Contratada: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (CNPJ nº 07.797.967/0001-95. Valor total: R\$ 7.990,00. Nota de Empenho: 2020NE001002. Data de emissão: 5.10.2020. Fundamentação Legal: art. 25, "caput", da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Subitem 01. Reconhecimento: Eduardo Cardoso - Secretário de Administração e Orçamento, em 2.10.2020. Ratificação: Daniel Schaeffer Sell - Diretor-Geral, em 2.10.2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE RESCISÃO

Processo nº 0001878-59.2020.6.27.8000. Termo de Rescisão da Ata de Registro de Preços Nº 04/2020, que firmam a UNIÃO, por meio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, e a empresa DISTRIBUIDORA FLORIANO EIRELI, CNPJ/MF nº 02.610.348/0001-26. Objeto: Rescindir, de forma amigável, o Item 4 (açúcar) da Ata de Registro de Preços nº 04/2020. Fundamentação: Cláusula Décima primeira da Ata de Registro de Preços nº 04/2020 e nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93. Assinam, pela Contratante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, e Carlos Henrique Drummond Soares Martins, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Carlos Augusto Monteiro.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA VARAS COM JURISDIÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 09. Objeto: Repactuação do Contrato 012/2016. Contratada: FORTALEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA EPP. Fundamento Legal: Cláusula 11ª do Contrato inicial c/c Art. 3º da Lei 10.132/2001. Vigência: a partir da data da assinatura, produzindo efeitos financeiros da repactuação a partir de 01/01/2020. Data da assinatura: 29/09/2020. Valor R\$ 1.356.063,56. P.A. 039/2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S/A; a) espécie: 7ª TA ao contrato de empreitada por preço global para a execução de serviço suporte técnico remoto de 1º nível (service desk), suporte técnico presencial de 2º nível e suporte a problemas a usuários internos do TRT/RJ (Proc. 380/2017); b) fund. legal: art. 57, § 4º e art. 65, inciso I, alínea "a" c/c § 1º, da Lei 8.666/93; c) objeto: (I) prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de vigência, consignando a possibilidade de rescisão antecipada do contrato, (II) resguardar o direito da Contratada de pleitear repactuação e/ou reajuste contratuais e (III) estender o prazo de execução do serviço de suporte técnico remoto, com a consequente manutenção das 2 automações (uma para a equipe de N1 e outra para a equipe de N2), compostas juntamente de 25 licenças do software LogMeIn e serviços associados (acrescidos pelo 5º TA), até o final do novo período de prorrogação; d) valor global: R\$ 11.299.218,21; e) vigência: 13/01/2021 a 12/01/2022; f) assinam em 05/10/2020 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e a Srª. Maria Magali Bredariol, pela Contratada.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020

Processo TRT/PROAD nº 3253/2020 - PE nº 31/20 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA INTERLIGAÇÃO DA REDE CORPORATIVA ENTRE OS PRÉDIOS DA CAPITAL DO TRT DA 1ª REGIÃO, POR MEIO DE ENLACES DE REDE METRO ETHERNET, PARA COMUNICAÇÃO DEDICADA, EXCLUSIVA E SIMÉTRICA, COM GERÊNCIA PROATIVA E LAST MILES VIA FIBRA ÓPTICA. Tornamos pública a todos os interessados a homologação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 31/2020, relativo ao processo em referência, sendo vencedora do certame a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2020.
ERIKA MELO PEREIRA BARRIOS
Coordenadora da CPL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trf-rr.jus.br/interatividade.html>, pelo código 05302020102000127





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 21/2020/TRE-RO, assinada em 05/10/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2020. Contratada: LOCALIZA RENT A CAR S/A, CNPJ n. 16.670.085/0001-55. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de locação de 21 (vinte e um) veículos automotores para transporte de passageiros, documentos e pequenas cargas, no período de 07/10/2020 a 04/12/2020, totalizando 59 dias, com vistas ao atendimento das demandas advindas da Coordenação de Segurança das Eleições, dos Cartórios Eleitorais ou dos agentes de segurança pública, no Pleito Municipal de 2020. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019. Vigência: A contar da assinatura até o dia 15/12/2020. Valor: R\$ 116.357,64. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33-03. Nota de Empenho 2020NE000716, de 01/10/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 1350/2020 - PRES/DG/GABDG, de 02/09/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 1580/2020 - PRES/DG/GABDG, de 30/09/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor MARCELO ARARIPE DANTAS. Processo SEI: 0002091-06.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 05/10/2020, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0599936** e o código CRC **A14DD5D6**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 05/10/2020 16:32:44.